

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (CPFL Serviços), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2022, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia.

A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 7.269, comparando com o lucro

de R\$ 27.192 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 5.179 a título de reserva de reforço de capital de giro, R\$ 1.726 a título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 363 para reserva legal.

### A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.937	353			Fornecedores	13	62.735	62.973		
Contas a receber	6	96.830	115.195			Empréstimos e financiamentos	14	269	959		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.472	722			Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	-	762		
Outros tributos a compensar	7	8.614	5.429			Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	15	20.248	13.267		
Estoques	8	12.335	11.079			Mútuos com coligadas, controladas e controladora	17	43.899	-		
Outros ativos	10	8.047	4.064			Dividendo e juros sobre capital próprio	17	25.630	23.903		
<b>Total do circulante</b>		<b>152.235</b>	<b>136.842</b>			Obrigações estimadas com pessoal	18	22.903	19.096		
<b>Não circulante</b>						Derivativos	18	-	60		
Depósitos judiciais	16	5.244	5.041			Outras contas a pagar	18	32.684	15.601		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	983	945			<b>Total do circulante</b>		<b>208.368</b>	<b>136.622</b>		
Outros tributos a compensar	7	1.621	1.526			<b>Não circulante</b>					
Créditos fiscais diferidos	9	19.310	18.888			Empréstimos e financiamentos	14	-	268		
Outros ativos	10	15.014	49			Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	62	-		
Imobilizado	11	214.122	203.214			Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	15.739	18.146		
Intangível	12	18.996	18.454			Mútuos com controladora	17	-	39.601		
<b>Total do não circulante</b>		<b>275.291</b>	<b>248.117</b>			Outras contas a pagar	18	14.458	6.965		
						<b>Total do não circulante</b>		<b>30.258</b>	<b>64.980</b>		
						<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	19.1	150.929	150.929		
						Reserva legal	19.2	3.838	3.474		
						Reserva estatutária - reforço de capital de giro	19.2	34.133	28.954		
						<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>427.526</b>	<b>384.959</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>427.526</b>	<b>384.959</b>					<b>427.526</b>	<b>384.959</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Dividendo	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
						2022	2021
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>150.929</b>	<b>2.115</b>	<b>9.580</b>	<b>20.555</b>	-	<b>183.179</b>	<b>183.179</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	27.192	27.192	27.192
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.192	27.192	27.192
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	1.360	19.374	-	(20.734)	-	-
Constituição da reserva legal	-	1.360	-	-	(1.360)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	19.374	-	(19.374)	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	-	-	(20.555)	(6.458)	(27.013)	(27.013)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(6.458)	(6.458)	(6.458)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	(20.555)	-	(20.555)	(20.555)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>150.929</b>	<b>3.474</b>	<b>28.954</b>	-	-	<b>183.357</b>	<b>183.357</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	7.269	7.269	7.269
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.269	7.269	7.269
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	363	5.179	-	(5.543)	-	-
Constituição da reserva legal	-	363	-	-	(363)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	5.179	-	(5.179)	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	-	-	-	(1.726)	(1.726)	(1.726)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	1.726	1.726	1.726
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>150.929</b>	<b>3.838</b>	<b>34.133</b>	-	-	<b>188.900</b>	<b>188.900</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022		2021	
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>13.618</b>	<b>41.434</b>		
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	43.327	28.513		
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.143	4.400		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21)	117		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	786	2.798		
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(2.201)	(233)		
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>18.386</b>	<b>(21.350)</b>		
Contas a receber	(2.614)	(1.435)		
Tributos a compensar	129	185		
Depósitos judiciais	(27.057)	(2.692)		
Outros ativos operacionais	(238)	24.280		
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>6.130</b>	<b>3.815</b>		
Fornecedores	(3.970)	(2.774)		
Outros passivos operacionais	28.383	(2.444)		
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>80.802</b>	<b>74.614</b>		
<b>Encargos de dívidas e debêntures pagos</b>				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.926)	(11.332)		
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>70.853</b>	<b>63.231</b>		
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisições de imobilizado	(39.808)	(79.375)		
Adições de Intangível	(5.915)	(7.834)		
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	-	36.821		
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(45.723)</b>	<b>(50.388)</b>		
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(958)	(974)		
Liquidação de operações com derivativos	(588)	(47)		
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(9.962)		
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(2.113)		
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(1.546)</b>	<b>(13.096)</b>		
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.584</b>	<b>(253)</b>		
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>353</b>	<b>606</b>		
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.937</b>	<b>353</b>		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços" ou "Companhia"), fundada em 1988, é uma companhia por ações de capital fechado, e tem como atividade preponderante a construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, além da fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos elétricos e hidráulicos em geral e a administração de obras. A sede administrativa da Companhia está localizada na Avenida dos Braghetta, 364, CEP: 13720-000 - São José do Rio Pardo - São Paulo. A CPFL Serviços é uma companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora"). **1.1 - Capital Circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 54.406. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico exceto pelos instrumentos não derivativos. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 e 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 26 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As

principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 6 - Contas a receber (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 12 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 15 - Impostos, taxas e contribuições a recolher; • Nota 16 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); • Nota 20 - Receita operacional (principais premissas em relação a receita POC); • Nota 26 - Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo). **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2 Instrumentos financeiros:** - Ativos financeiros: Ativos financeiros são

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	7.269	27.192
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>7.269</b>	<b>27.192</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>1 - Receita</b>	<b>907.939</b>	<b>782.322</b>
1.1 Receita de prestação de serviços	860.745	694.297
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	47.174	88.142
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	(117)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(400.847)</b>	<b>(355.854)</b>
2.1 Material	(189.521)	(192.319)
2.2 Serviços de terceiros	(200.748)	(151.992)
2.3 Outros	(10.577)	(11.543)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>507.092</b>	<b>426.468</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(43.327)</b>	<b>(28.513)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(43.327)	(28.513)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>463.766</b>	<b>397.955</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.868</b>	<b>2.233</b>
6.1 Receitas financeiras	1.868	2.233
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>465.634</b>	<b>400.188</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>304.081</b>	<b>237.861</b>
8.1.1 Remuneração direta	199.384	158.254
8.1.2 Benefícios	91.014	68.467
8.1.3 F.G.T.S	13.684	11.140
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>138.174</b>	<b>121.489</b>
8.2.1 Federais	106.775	95.356
8.2.2 Estaduais	6.302	4.698
8.2.3 Municipais	25.097	21.435
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>16.109</b>	<b>13.646</b>
8.3.1 Juros	13.687	3.472
8.3.2 Aluguéis	2.422	10.174
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>7.269</b>	<b>27.192</b>
8.4.1 Reserva legal	363	1.360
8.4.2 Dividendos (mínimo obrigatório)	1.726	6.458
8.4.3 Dividendos adicional proposto	-	19.374
8.4.4 Reserva de retenção de lucros para investimento	5.179	-
	<b>465.634</b>	<b>400.188</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial e mensurações subsequentes são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	

→★ continuação

**CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.** - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - A estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). - Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 26. - Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

**3.3 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

**3.4 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

**3.5 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares. Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou formação e estão deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada linearmente, a taxa anual de 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados.

**3.6 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** - Ativos financeiros: A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de contas a receber que está aderente descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

• a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas às contas a receber reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, são registradas no resultado do exercício. - Ativos não financeiros: Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. **3.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido na Assembleia Geral da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida por meio do PoC (*Percentage of Completion*) método de cálculo que reconhece as receitas conforme a evolução da obra, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. O CPC 47 estabeleceu um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com valor alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. **3.10 Custos orçados das obras e projetos:** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras e projetos, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. **3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registra em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.12 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41. **3.13 Arrendamentos:** Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A partir de 1º de janeiro de 2022, o Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 25/IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1)/IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27/IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações CPC foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábil, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração". Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgments*, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais", considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciam nas decisões dos principais usuários das

demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. **(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32/IAS 12):** Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26/IAS 1):** Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

**4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração. - Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de crédito da parte devedora.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	466	353
Aplicações financeiras (*)	23.471	—
<b>Total</b>	<b>23.937</b>	<b>353</b>

Operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 23.471. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 83,78% do CDI.

**6. CONTAS A RECEBER**

	Vencidos				
	Saldos vincendos	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>					
Contas a receber	14.300	3.116	50	17.466	55.461
Contas a receber com partes relacionadas	77.030	1.809	578	79.416	59.842
	<b>91.329</b>	<b>4.926</b>	<b>627</b>	<b>96.882</b>	<b>115.303</b>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52)	(108)
<b>Total</b>	<b>96.830</b>	<b>115.195</b>

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(48)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(60)
Recuperação de receita	(58)
Baixa de contas a receber provisionadas	58
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(108)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	56
Recuperação de receita	(35)
Baixa de contas a receber provisionadas	35
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(52)</b>

**7. TRIBUTOS A COMPENSAR**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	692	—
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	1.762	—
Imposto de renda e contribuição social a compensar	18	722
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>2.472</b>	<b>722</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.703	169
ICMS a compensar	426	427
Programa de integração social - PIS	689	472
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.191	2.176
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.490	2.071
Outros	114	114
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>8.614</b>	<b>5.429</b>
<b>Total circulante</b>	<b>11.086</b>	<b>6.151</b>
<b>Não circulante</b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	584	555
Imposto de renda a compensar - IRPJ	399	390
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>983</b>	<b>945</b>
ICMS a compensar	13	13
Programa de integração social - PIS	286	269
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.322	1.244
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>1.621</b>	<b>1.526</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>2.604</b>	<b>2.471</b>

O Instituto Nacional de seguridade social - INSS a compensar refere-se ao tributo retido na fonte sobre vendas de prestação de serviços sujeitos à retenção à base de 3,5%, passível de dedução mensal do INSS a recolher incidente sobre a folha de pagamento da Companhia. A utilização do referido crédito ocorre através do abatimento do saldo a pagar ou compensação via PER/DCOMP.

**8. ESTOQUES**

	31/12/2022	31/12/2021
Matéria-prima	5.443	5.366
Produtos acabados	6.551	5.494
Produtos semiacabados e serviços em andamento	19	19
Ordens em curso	323	201
<b>Total</b>	<b>12.335</b>	<b>11.079</b>

**Matéria-prima:** Refere-se a materiais necessários para industrialização e reforma de transformadores para revenda. **Produtos acabados:** Refere-se a materiais e equipamentos reformados de manuseio em redes de Distribuição elétricas.

**9. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**

	31/12/2022	31/12/2021
Composição dos créditos fiscais		
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>		
Bases negativas	1.619	2.355
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	3.797	2.902
<b>Subtotal</b>	<b>5.416</b>	<b>5.257</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>		
Prejuízos fiscais	3.348	5.570
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	10.546	8.061
<b>Subtotal</b>	<b>13.894</b>	<b>13.631</b>
<b>Total</b>	<b>19.310</b>	<b>18.888</b>

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→★ continuação

**CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.** - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9.1 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis**

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.370	6.583	1.914	5.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	13	10	27
Provisão relacionada a pessoal	1.235	3.431	873	2.426
Derivativos	-	-	5	14
Outros	186	518	100	277
<b>Total</b>	<b>3.797</b>	<b>10.546</b>	<b>2.902</b>	<b>8.061</b>

**9.2 Expectativa do período de recuperação:** A expectativa do período recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente dedutíveis e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pela Diretoria, e sua composição é como segue:

2023	8.233
2024	3.902
2025	898
2026	898
2027	898
2028 a 2030	2.689
2031 a 2033	1.791
<b>Total</b>	<b>19.310</b>

**11. IMOBILIZADO**

	Terrenos		Edificações, obras civis e benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Veículos		Móveis e utensílios		Em curso		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>297</b>	<b>12.281</b>	<b>62.887</b>	<b>47.347</b>	<b>4.875</b>	<b>5.227</b>	<b>459</b>	<b>453</b>	<b>17.361</b>	<b>19.145</b>	<b>41.893</b>	<b>41.887</b>	<b>13.618</b>	<b>13.618</b>
Custo histórico	297	17.682	98.182	111.924	3.989	24.465	256.539	106.691	24.465	24.465	24.465	24.465	24.465	24.465
Depreciação acumulada	-	(5.400)	(35.295)	(64.577)	(1.418)	-	(106.691)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	79.375	79.375	-	79.375	79.375	79.375	79.375	79.375	79.375
Baixas	-	(293)	(15)	(1.255)	-	-	(1.562)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2.742	25.435	21.108	457	(49.743)	-	-	(49.743)	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(572)	(10.850)	(13.991)	(240)	-	(25.651)	-	-	-	-	-	-	-
Baixa da depreciação	-	92	6	1.106	-	-	1.204	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>297</b>	<b>14.252</b>	<b>77.463</b>	<b>54.317</b>	<b>2.788</b>	<b>54.097</b>	<b>203.214</b>	<b>15.164</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>
Custo histórico	297	20.131	123.602	131.778	4.446	54.097	334.351	131.137	54.097	54.097	54.097	54.097	54.097	54.097
Depreciação acumulada	-	(5.879)	(46.139)	(77.461)	(1.657)	-	(131.137)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	41.099	41.099	-	41.099	41.099	41.099	41.099	41.099	41.099
Baixas	-	-	(120)	(3.224)	-	(1.291)	(4.636)	-	(1.291)	(1.291)	(1.291)	(1.291)	(1.291)	(1.291)
Transferências	568	135	18.223	15.507	55	(34.489)	-	-	(34.489)	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(607)	(12.821)	(14.585)	(246)	-	(28.260)	-	-	-	-	-	-	-
Baixa da depreciação	-	-	43	2.662	-	-	2.706	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>866</b>	<b>13.779</b>	<b>82.788</b>	<b>54.677</b>	<b>2.598</b>	<b>59.415</b>	<b>214.122</b>	<b>15.164</b>	<b>59.415</b>	<b>59.415</b>	<b>59.415</b>	<b>59.415</b>	<b>59.415</b>	<b>59.415</b>
Custo histórico	866	20.266	141.705	144.061	4.501	59.415	370.814	156.692	59.415	59.415	59.415	59.415	59.415	59.415
Depreciação acumulada	-	(6.487)	(58.917)	(89.384)	(1.903)	-	(156.692)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Taxa média de depreciação 2021</b>	<b>-</b>	<b>3,36%</b>	<b>10,25%</b>	<b>14,27%</b>	<b>6,25%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Taxa média de depreciação 2022</b>	<b>-</b>	<b>3,34%</b>	<b>10,22%</b>	<b>14,29%</b>	<b>6,25%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização" (nota 21).

**11.1 - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

	2022	2021
<b>Bens dados em garantia de dívidas</b>	<b>25.157</b>	<b>36.314</b>
Maquinas, equipamentos e veículos	25.157	36.314

**12. INTANGÍVEL**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>18.454</b>	<b>18.454</b>
Custo histórico	27.428	27.428
Amortização acumulada	(8.974)	(8.974)
Adições	5.915	5.915
Amortização	(5.154)	(5.154)
Baixa e transferência - outros ativos	(219)	(219)

**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Modalidade	Saldo em 31/12/2021		Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
	Captação						
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	1.227	-	(958)	-	(23)	-	269
<b>Total ao custo</b>	<b>1.227</b>	<b>-</b>	<b>(958)</b>	<b>22</b>	<b>(23)</b>	<b>-</b>	<b>269</b>
<b>Total</b>	<b>1.227</b>	<b>-</b>	<b>(958)</b>	<b>22</b>	<b>(23)</b>	<b>-</b>	<b>269</b>
<b>Circulante</b>	<b>959</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>269</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>268</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
	31/12/2022	31/12/2021				
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>						
<b>Pré fixado</b>						
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 10%	269	1.227	2012 a 2023	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária	
<b>Total moeda nacional</b>	<b>269</b>	<b>1.227</b>	<b>269</b>	<b>1.227</b>	<b>2012 a 2023</b>	<b>Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária</b>
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>1.227</b>	<b>269</b>	<b>1.227</b>	<b>2012 a 2023</b>	<b>Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária</b>

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante têm vencimentos assim programados, com expectativa de liquidação até maio/2023.

**Ano de vencimento**  
2023 269  
**Total** 269

**Condições restritivas:** Os financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75. • Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72. • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

**15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	488
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	274
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>-</b>	<b>762</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	166	301
Programa de integração social - PIS	1.880	374
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.669	1.728
Outros	9.533	10.863
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>20.248</b>	<b>13.267</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>20.248</b>	<b>14.029</b>
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	62	-
<b>Total Não circulante</b>	<b>62</b>	<b>-</b>

**9.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021.**

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>13.618</b>	<b>13.618</b>	<b>41.434</b>	<b>41.434</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.743	5.527	459	453
<b>Base de cálculo</b>	<b>17.361</b>	<b>19.145</b>	<b>41.893</b>	<b>41.887</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Débito fiscal apurado</b>	<b>(1.563)</b>	<b>(4.786)</b>	<b>(3.770)</b>	<b>(10.472)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.563)</b>	<b>(4.786)</b>	<b>(3.770)</b>	<b>(10.472)</b>

**10. OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Vivest (a)	3.440	1.476	-	49
Despesas antecipadas	1.002	271	-	-
Adiantamentos a funcionários	4.685	4.239	-	-
Indenizações (b)	(105)	934	7.542	-
Outros (c)	(974)	(2.856)	-	-
Arrendamentos e alugueis	-	-	7.472	-
<b>Total</b>	<b>8.047</b>	<b>4.064</b>	<b>15.014</b>	<b>49</b>

(a) A Companhia mantém Planos de assistência médica para seus empregados. Atualmente este benefício vigora por meio da FUNCESP (Vivest), plano este que periodicamente realiza-se antecipação de verba para suplementação.

(b) Refere-se à reembolso a receber de clientes, devido a cancelamento de obras por parte do contratante.

(c) Se refere a conta transitória para venda de ativos (veículos) aguardando baixa do imobilizado.

	Terrenos		Edificações, obras civis e benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Veículos		Móveis e utensílios		Em curso		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>297</b>	<b>12.281</b>	<b>62.887</b>	<b>47.347</b>	<b>4.875</b>	<b>5.227</b>	<b>459</b>	<b>453</b>	<b>17.361</b>	<b>19.145</b>	<b>41.893</b>	<b>41.887</b>	<b>13.618</b>	<b>13.618</b>
Custo histórico	297	17.682	98.182	111.924	3.989	24.465	256.539	106.691	24.465	24.465	24.465	24.465	24.465	24.465
Depreciação acumulada	-	(5.400)	(35.295)	(64.577)	(1.418)	-	(106.691)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	79.375	79.375	-	79.375	79.375	79.375	79.375	79.375	79.375
Baixas	-	(293)	(15)	(1.255)	-	-	(1.562)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2.742	25.435	21.108	457	(49.743)	-	-	(49.743)	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(572)	(10.850)	(13.991)	(240)	-	(25.651)	-	-	-	-	-	-	-
Baixa da depreciação	-	92	6	1.106	-	-	1.204	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>297</b>	<b>14.252</b>	<b>77.463</b>	<b>54.317</b>	<b>2.788</b>	<b>54.097</b>	<b>203.214</b>	<b>15.164</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>	<b>54.097</b>
Custo histórico	297	20.131	123.602	131.778	4.446	54.097	334.351	131.137	54.097	54.097	54.097	54.097	54.097	54.097
Depreciação acumulada	-	(5.879)	(46.139)	(77.461)	(1.657)	-	(131.137)	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	41.099	41.099							

→ continuação

**CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.** - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22. RESULTADO FINANCEIRO**

	2022	2021
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	1.183	171
Acréscimos e multas moratórias	147	54
Atualização de créditos fiscais	142	1.220
Atualização de depósitos judiciais	333	124
Juros sobre contratos de mútuo	–	340
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(87)	(104)
Outros	63	325
<b>Total</b>	<b>1.781</b>	<b>2.129</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(22)	(50)
Atualizações monetárias e cambiais	(2.660)	(1.399)
Outros (*)	(11.046)	(2.055)
<b>Total</b>	<b>(13.728)</b>	<b>(3.504)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(11.946)</b>	<b>(1.375)</b>

(\*) Refere-se, principalmente a: a) R\$ 5,2 milhões de juros provenientes do reconhecimento do IFRS 16 (zero em 31 de dezembro de 2021); b) R\$ 5,2 milhões de juros incidentes sobre os saldos de mútuo registrados pela Companhia (R\$ 1,9 milhões em 31 de dezembro de 2021).

**23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A.: Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários, despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. **b) Materiais e prestação de serviços** - Referem-se à contratação de serviços como construção e manutenção e venda de materiais. **c) Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos para investimentos. **d) Contrato de mútuo** - Refere-se à contratos realizados com a controladora CPFL Energia e com a coligada CPFL Brasil. Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2022, conforme requerido no - CPC 05 (R1), foi de R\$ 4.185 (R\$ 2.590 em 2021).

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	–	–	23.903	23.903	–	–	–	–
<b>Contratos de Mútuos</b>								
CPFL Energia S.A.	–	–	43.899	39.601	–	–	5.149	–
<b>Materiais, prestação de serviços e outros</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	3	–	14	–	–	–	–	–
Companhia Paulista de Força e Luz	34.447	35.485	1.548	3.435	403.559	327.559	612	3.143
Companhia Piratininga de Força e Luz	14.413	11.763	414	547	106.540	72.701	409	8
Companhia Jaguarí de Energia	4.817	6.751	108	115	55.389	54.680	5	43
RGE Sul Distrib. Ener.S.A.	7.505	3.740	279	279	105.154	85.949	1	27
CPFL Geração Energia S.A.	4	–	19	–	–	–	–	–
Chimay Ltda.	1	1	–	–	4	4	–	–
Mohini Ltda.	4	4	–	–	23	26	–	–
Jayaditya Ltda.	1	1	–	–	7	7	–	–
SPE Arvoredo Energia S.A.	5	4	–	–	26	24	–	–
SPE Barra Paciência S.A.	76	57	–	–	351	342	–	–
SPE Cocais Grande E. S.A.	16	17	–	–	95	100	–	–
SPE Corrente Grande S.A.	7	7	–	–	33	41	–	–
SPE Ninho da Águia S.A.	24	25	–	–	138	147	–	–
SPE Paiol Energia S.A.	9	9	–	–	51	53	–	–
SPE São Gonçalo S.A.	9	9	–	–	51	53	–	–
SPE Varginha Energia S.A.	18	19	–	–	109	114	–	–
SPE Várzea Alegre S.A.	7	8	–	–	44	46	–	–
SPE Alto Irani S.A.	16	13	–	–	80	76	–	–
SPE Plano Alto S.A.	2	1	–	–	5	5	–	–
SPE Salto Góes S.A.	11	6	–	–	39	38	–	–
SPE Boa Vista 1 S.A.	–	7	–	–	–	–	–	–
SPE Boa Vista 2 S.A.	13	7	–	–	86	79	–	–
SPE Costa das Dunas S.A.	–	–	–	–	–	2.100	–	–
SPE Figueira Branca S.A.	–	–	–	–	–	1.006	–	–
ATLANTICA I PQ EÓLICO S.A.	–	74	–	–	151	245	–	–
SPE Bio Coopcana S.A.	30	16	–	–	104	99	–	–
Ventos de Santo Dimas S.A.	–	–	–	–	–	145	–	–
São Benedito Energias S.A.	–	–	–	–	–	85	–	–
Santa Mônica Energia Ltda.	–	33	–	–	92	2.264	–	–
Santa Ursula Energias Ltd	–	30	–	–	86	2.118	–	–
Ventos São Martinho Ltda.	–	13	–	–	37	900	–	–
São Domingos Energias S.A.	–	–	–	–	–	123	–	–
Sta.Luzia Energética S.A.	8	7	–	–	41	39	–	–
Cia. Energética Novo Horizonte	61	50	–	–	306	299	–	–
LUDESA ENERGÉTICA S.A.	56	41	–	–	263	245	–	–
MATA VELHA ENERGÉTICA S.A.	16	16	–	–	95	99	–	–
SPE Solar 1 Energia S.A.	–	–	–	–	2	2	–	–
CPFL Atende Centro de Contratos e Atendimentos Ltda..	–	–	–	–	–	41	–	–
CPFL Eficiência Energética S.A.	472	886	–	–	1	111	94	6.314
CPFL Total Serv ADM Ltda.	–	–	8	8	–	–	133	109
Nect Ser Adm. Rec. Hum Ltda.	–	4	12.530	6.182	–	–	6.376	7.434
Nect Ser Adm. Financ. Ltda.	–	–	270	218	–	–	3.139	2.478
Nect Ser Adm. Sup Log. Ltda.	–	–	24	26	–	–	256	177
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda..	–	–	240	292	–	–	3.229	3.085
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	80	18	–	–	439	226	–	–
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	204	10	–	–	419	97	–	–
CPFL Transmissão de Energia Sul 1 S.A.	6.091	9.120	45	–	41.671	12.114	–	–
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEET	10.329	–	–	–	15.727	–	–	–
CPFL Renováveis S.A.	1	5	–	–	9	–	–	1.864

**24. SEGUROS**

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Ramo da apólice	31/12/2022
Riscos nomeados	602.837
Transporte nacional	41.333
Geral e riscos ambientais	115.000
Vidas em grupo e acidentes pessoais	293.077
Seguro Garantia	13.041
Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
	<b>1.215.288</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

**25. GESTÃO DE RISCOS**

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los. Cabe ao (s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento

(i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho da Administração, apresentando ações de mitigação. A Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26. **Risco de crédito:** O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 - Consumidores. **Contas a receber e ativos de contratos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas pela controladora CPFL Energia e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o fair value adjustment, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos.

**26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Ativo	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022		31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a) Nível 2 (**)		23.937	23.937	353	353
<b>Total</b>				<b>23.937</b>	<b>23.937</b>	<b>353</b>	<b>353</b>
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b) Nível 2 (***)		269	269	1.227	1.227
Mútuo com coligadas, controladas e controladora	17	(b) Nível 2 (***)		43.899	43.899	39.601	39.601
Derivativos		(a) Nível 2 (***)		–	–	60	60
<b>Total</b>				<b>44.167</b>	<b>44.167</b>	<b>40.888</b>	<b>40.888</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo. (\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

**Legenda: Categoria/Mensuração:** (a) - Valor justo contra o resultado; (b) - Mensurados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são: • Ativos financeiros: (i) contas a receber; • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) credores diversos. a) Valorização dos instrumentos financeiros: Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. b) Instrumentos derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* localde pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 31). A Administração não identificou para o período de 2022 e exercício de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14 e 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão, contudo em 2022 ocorreu sua liquidação. A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	–	–	(588)	588
Outros	(55)	–	55	–
Marcação a mercado (*)	(5)	–	5	–
<b>Total</b>	<b>(60)</b>	<b>–</b>	<b>(528)</b>	<b>588</b>

**c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI e TJLP). **d) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	Total
Fornecedores	13	59.156	3.580	–	62.735
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	–	–	268	268
Outros	18	20.911	–	–	20.911
Créditos diversos	18	1.313	–	–	1.313
<b>Total</b>		<b>81.380</b>	<b>3.580</b>	<b>268</b>	<b>85.227</b>

**27. COMPROMISSOS**

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Projetos de construção de usina	Até 3 anos	17.708	592	–	18.300
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	141.747	54.797	2.073	198.618
<b>Total</b>		<b>159.455</b>	<b>55.390</b>	<b>2.073</b>	<b>216.918</b>

**28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**28.1 Decisão do STF sobre causas tributárias:** Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

**Diretoria**

**EDUARDO DOS SANTOS SOARES**  
Diretor Presidente

**FU LI**  
Diretor

**YUEHUI PAN**  
Diretor

→★ continuação

**CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.** - CNPJ nº 58.635.517/0001-37**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é

requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São José do Rio Pardo, 15 de março de 2023



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**Adriano Formosinho Correia**  
Contador  
CRC 1BA029904/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>